

HEIDEGGER, Martin. **Ser e verdade**: 1. A questão fundamental da filosofia; 2. Da essência da verdade. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2007, 312 p. (Coleção Pensamento Humano).

Rodrigo Ribeiro Alves Neto*

A preparação da edição completa da obra de Martin Heidegger (1889-1976), estimada em mais de cem volumes, foi iniciada em seus últimos anos de vida, mas sua publicação permanece ainda hoje inacabada. Traduzida em velocidade acelerada na França, nos EUA, na Espanha, na Itália e no Japão, a obra heideggeriana, no Brasil, vem sendo vertida para o português em ritmo constante, desde a década de 70. A mais recente contribuição para esse empreendimento reside na tradução da edição intitulada *Ser e Verdade*, na qual se encontram reunidas duas preleções pronunciadas por Heidegger na Universidade de Freiburg, quais sejam: “A questão fundamental da filosofia” e “Da essência da verdade”.

A primeira preleção, do semestre de verão de 1933, apresenta o obstinado esforço do autor em determinar a filosofia como “Metafísica”, a fim de pensar uma possível unidade essencial no percurso histórico da tradição ocidental de pensamento. Não se trata de uma disciplina ao lado da “Ética” ou da “Lógica” no corpo doutrinário da Filosofia, menos ainda uma ciência, um saber absoluto ou uma visão de mundo. O termo “Metafísica” nomeia o núcleo decisivo de toda a filosofia e o fundamento da história ocidental de pensamento em sua totalidade essencial. Com a Metafísica, não se começou meramente uma nova época ou uma outra etapa da nossa história. Interrogando o real – o mundo, o homem, Deus – sob o ponto de vista da sua verdade, a Metafísica inaugurou a própria história das possibilidades existenciais da humanidade ocidental em todas as suas relações com o ente na totalidade. Desde a Antigüidade Grega,

* Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Professor substituto no Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. E-mail: rodrigoriibeiro.email@gmail.com

onde, pela primeira vez, a filosofia se perguntou pela entidade dos entes em geral, a abertura do real na qual o homem se encontra continuamente, instaura-se a partir de uma interpretação do ser pela qual o ente em seu todo se abre na direção de sua verdade. A Metafísica sempre buscou fundar, a partir de uma posição face ao ser, a verdade do ente. Assim, a história da Metafísica não significa a história das múltiplas e desconexas concepções sobre o ser, mas a apropriação que o homem faz do ser e que o ser faz do homem em seus envios históricos. A Metafísica está, de certa maneira, na certidão de nascimento de nossa própria história, pois, segundo Heidegger, nela se instaura a abertura do ente na totalidade assim como uma decisão sobre a sua verdade.

Portanto, a filosofia não consiste em um questionamento que se passa dentro da “cabeça” de alguns eruditos ou nefelibatas, pois nos modos pelos quais o ente é pensado e determinado em função do seu ser, a realidade é desvelada e endereçada aos homens nas “raras, simples e capitais decisões da história”. Heidegger assume o desafio de recuperar o vigor de instauração histórica da filosofia, esmaecido quando ela se torna, inevitavelmente, uma banalidade da existência, ou seja, um suposto conhecimento acabado passível de servir como instrumento de formação e atividades escolásticas. Para tanto, é preciso esclarecer a própria formação histórica do termo “Metafísica”, isto é, o modo como a filosofia grega chega a predominar no Ocidente não a partir do seu princípio originário, mas a partir do fim de seu princípio, com as obras de Platão e Aristóteles, que em Hegel atingiu o seu grandioso e definitivo acabamento. A consumação do grande princípio do pensamento grego é, contudo, um “fim principiativo”, pois se tornou normativa e predominante para os tempos posteriores, sendo transmitida, sobretudo, pelas interpretações do cristianismo que se mantiveram vigentes na modernidade européia (Descartes e Kant) e na metafísica do Idealismo Alemão – sendo especialmente analisado nessa preleção o pensamento lógico-matemático dos grandes sistemas metafísicos do século XVIII (Wolff, Baumgarten).

O propósito de Heidegger é, a partir desse percurso, estabelecer uma discussão com a obra de Hegel, pois nela a Metafísica reúne todas

as forças essenciais da história do pensamento ocidental. Em Hegel, a Metafísica atingiu seu ponto mais alto e está, a partir dele, completada. Até Hegel, encontra-se a história da plenificação da metafísica e, depois dele, no século XIX, o projeto que visa à sua inversão a partir das obras de Kierkegaard e, sobretudo, Nietzsche. Heidegger pretende esclarecer em que medida a Metafísica entrou, no século XX, no ápice de seu processo de consumação, reivindicando uma reflexão cuja tarefa será reconquistar a tradição em sua essência impensada para o futuro. Não se deve, portanto, interpretar a Metafísica a partir da tradição, mas pensar a “Metafísica” através de uma compreensão originária do que se apresenta como impensado em sua história. Para isso, Heidegger se debruça sobre os grandes textos da tradição, mas para trazer à linguagem aquilo que neles permaneceu esquecido.

Essa preleção é relevante para observarmos o caráter ambíguo do termo “Metafísica” na obra de Heidegger até os anos 30. De *Ser e Tempo* até a preleção de 1935, intitulada “Introdução à Metafísica”, o autor tentará efetuar uma fundação crítica da Metafísica, ou seja, dar um novo conteúdo à palavra “Metafísica” a partir de uma outra posição face ao ser, redescoberto em seu sentido originário: o tempo. Porém, mais tardiamente, o termo “Metafísica” será definitivamente identificado com a tradição e contraposto aos termos “pensamento”, “pensamento essencial”, “outro pensamento” ou “pensamento do ser”. A Metafísica pensa o ser sob a forma da substancialidade e da subjetividade sem, contudo, interrogar-se pelo ser em vista daquilo que o determina como tal. A Metafísica, desde o começo até sua plenitude, busca somente fundar a verdade do ente em seu desvelamento, mantendo fora de questão o ser ele mesmo e naquilo que lhe é próprio: o velamento. O projeto condutor da Metafísica, onde se movimenta a história do Ocidente, é trazer à enunciação (*lógos*) o ente em seu ser (*ontos*), tornando manifesta a sua entidade a partir de sua causa suprema e do seu fundamento mais elevado: Deus (*théos*). Deste modo, trata-se de uma *onto-teo-logia*, isto é, da busca pela enunciação lógico-categorial da entidade do ente que, por sua vez, determina-se a partir do seu fundamento transcendente. Com

o fim da Metafísica, oculta-se um outro começo para o pensamento a partir de um outro horizonte de questionamento do ser em sua diferença referente ao ente. Assim, Heidegger considera que a filosofia se estrutura em torno de uma dinâmica histórica entre o passado e o futuro que insere a época presente no desafio de um fim e no apelo de uma transformação. É por isso que uma discussão com a obra hegeliana nos fornece o senso da nossa atualidade histórica e uma apreensão do núcleo no qual se reúne o todo da história da Metafísica.

A segunda preleção, do semestre de inverno de 1933/1934, repete o texto várias vezes alterado da preleção pronunciada no semestre de inverno de 1931/1932 com o mesmo título. Após uma introdução sobre a questão da essência da verdade, Heidegger divide a preleção em duas partes: a primeira parte consiste em uma interpretação da célebre “Alegoria da caverna”, narrada por Platão no diálogo “República” (*Politéia*), e a segunda parte apresenta uma reflexão sobre o diálogo Teeteto visando à questão sobre a relação entre verdade e não-verdade bem como entre *episteme* e *dóxa*.

A tese heideggeriana concebe que o conceito de verdade da Metafísica só tem olhos para a verdade da essência e nunca para a essência da verdade. Quando pensamos na palavra “verdade”, concebemos imediatamente a forma derivada da verdade do conhecimento e da enunciação. Heidegger, porém, pensa a verdade como desvelamento que, por sua vez, é algo mais originário que a verdade no sentido da *veritas*. *Alétheia* é a palavra grega pronunciada na origem do pensamento ocidental e que nos dá o aceno para a essência impensada da verdade. A verdade enquanto *veritas* se inscreve no empenho por presentificar no pensar e no dizer aquilo que o ente é tal como é. Trata-se de garantir a adequação (*adaequatio*) entre o pensar e o ente tal como é, mas a “verdade predicativa” é sempre derivada, pois para que o ente possa se revelar na proposição tal como ele é, é preciso, em primeiro lugar, que ele tenha se manifestado naquilo que é em si mesmo e antes de qualquer determinação proposicional. É somente porque o ente já sempre se abriu como presente na livre dimensão do desvelamento que ele se presta à

determinação predicativa. Só na dimensão prévia desse desvelamento em que o ente se faz presente *como tal* que é possível instaurar uma referência com ele *tal como é*. O fenômeno originário da verdade só é possível com base na abertura (*Da*) do ser (*sein*) na qual o homem descobre a si mesmo sempre já lançado como ser-no-mundo. Ser verdadeiro é, então, deixar e fazer ver o ente em seu estar aberto, retirando-o do velamento. Assim, a verdade só é possível com base na abertura do ser, e o homem é a estância que o ser carece para sua abertura. O fenômeno originário da verdade pertence à constituição ontológica do homem (*Dasein*), pois descobrir o ente em seu desvelamento é constitutivo de sua abertura factual em um mundo específico no qual ele está lançado. Por esta via, a verdade é originariamente um destino da finitude do homem e não tem nada a ver com a sobriedade e a indiferença de proposições demonstradas.

Segundo Heidegger, a metafísica platônica expressa o combate fundamental entre essas duas dimensões da verdade (predicativa e manifestativa). E é na “Alegoria da caverna”, com seus quatro estágios de libertação e retorno da caverna, que esse combate se expressa de modo mais agudo e elevado. É só no retorno daquele que se liberta que se mostra efetivamente a situação do homem na caverna subterrânea diante das sombras projetadas ao fundo. Somente ao libertado aparece o modo como tal circunstância não é contingente e, muito menos, imputável ao mero engano, pois ela nasce de um comportamento do homem para com a verdade que, desde “Ser e Tempo”, Heidegger denominou como “decadência” ou “dissimulação”. Trata-se de um modo de encobrimento ou não-verdade. Na caverna, o desvelamento não desaparece, mas desenraiza-se ou deturpa-se, pois se mostra no modo da aparência. Esse encobrimento reside no modo de ser com os outros e na ocupação cotidiana do homem com este ou aquele ente em seu caráter revelado. Nesse processo de libertação, o libertado vê que estar na verdade e ser o lugar (*Da*) da manifestação do ser (*Sein*) não significa ser um ente presente-subsistente, mas estar inserido numa dinâmica de apropriação de si mesmo, de ter que vir a ser, a cada vez, o poder-ser que se é, precisando sempre e a cada vez liberar as suas próprias possibilidades existenciais.

O mais decisivo na leitura dessas preleções é não perder de vista que, nessa tarefa de superação crítica da Metafísica e nessa tensão entre encobrimento e descobrimento, constitui-se a dinâmica da própria História. A luta entre verdade e não verdade acontece na e como história, reivindicando o espírito de um povo histórico a se decidir pela verdade. Em ambas as preleções, Heidegger está se dirigindo sempre ao povo alemão em sua “missão político-espiritual” de fundação de um novo Estado. De abril de 1933 a abril de 1934, o filósofo esteve no cargo de reitor da Universidade de Freiburg, mas o que está em jogo aqui é muito mais que uma questão biográfica ou o julgamento de um homem. Essas preleções estão eivadas não de um mero “jargão” militante e glorificante passível de depuração, mas sim de uma complexa, instigante e perigosa imbricação entre filosofia, política e história: uma questão sempre “digna de ser pensada”, para usar uma expressão heideggeriana. Ainda que sem identificação com o racismo e a ideologia de extrema-direita que impregnará o nazismo a partir de 1934, a sanha revolucionária do movimento nacional-socialista promoveu em Heidegger, porque não dizer, uma *embriaguez* política e filosófica, que o levou a dizer na época: “Queremos tornar a filosofia realidade”, exigindo que o filósofo “domine o seu tempo”, engajando-se na tarefa de intervir e, ao seu modo, “colaborar na história”. Heidegger acreditou que a compreensão da essência da verdade assumiria o papel de fundamento do acontecimento político, fazendo a política ser conduzida pela filosofia. O autor parece se posicionar politicamente em nome da filosofia e, justamente por isso, serão sempre dignas de reflexão as implicações *filosóficas* do seu engajamento. Não é aceitável a posterior auto-justificação de inexperiência política que o teria levado a, como diz Safranski, “sonhar *politicamente*” e se desiludir. Seria preciso confessar ter sonhado também *filosoficamente*, admitindo não somente os problemas e os equívocos implicados em seu diagnóstico histórico-metafísico da situação, mas também em sua concepção sobre a relação entre filosofia, política e história.